CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA MANSA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADM - DPA
FLS. 03
PMBM

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA MANSA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE:

LEI Nº 5054 ***, DE*** 17 ***DE*** abril ***DE 2023.***

Ementa: Institui o programa de Recuperação fiscal no Município de Barra Mansa – REFIS, e dá outras providências.

Art. 1º- Fica instituído no Município de Barra Mansa, o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização de créditos no Município, decorrentes de débitos de contribuintes, relativos a impostos, taxas, contribuições de melhorias, preços públicos e tarifas, inclusive os lançados pelo SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Barra Mansa, em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2022, constituídos ou não, e inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.

§1º - O REFIS será administrado pela Secretaria Municipal de Finanças.

§2º - Os benefícios desta Lei serão concedidos mediante instrumento próprio, conforme modelo aprovado por ato do Poder Executivo, regularmente instruído.

§3º - O disposto nesta Lei não implicará restituição de quantias pagas de dívidas já integralmente quitadas, em curso ou eventualmente a serem reparceladas.

Art.2º - O Programa do REFIS obriga a preservação dos débitos originais e da correção monetária.

Art. 3º - O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do contribuinte, que fará jus a regime especial de consolidação dos débitos incluídos no Programa, com confissão irrevogável e irretratável dos mesmos, sejam os decorrentes de obrigação própria, ainda que sejam os resultantes de responsabilidade tributária, tendo por base a data da opção.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADM. DPA
FLS. 04
PMBM

§1º - A adesão ao REFIS poderá ser formalizada a partir da data da publicação da presente Lei até 8 de dezembro de 2023, e os pagamentos poderão ser efetuados nas condições abaixo:

§2º - para dívidas até o montante de R$499.999,99(quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos, incluído juros, multa e correção):

a) 100% de remissão dos juros e multa de mora, para pagamento dos débitos em parcela única;

b) 90% de remissão dos juros e multa de mora, para pagamento dos débitos em 12(doze) parcelas;

c) 80% de remissão dos juros e multa de mora, para pagamento dos débitos em 24(vinte e quatro) parcelas;

d) 70% de remissão dos juros e multa de mora, para pagamento dos débitos em 36(trinta e seis) parcelas;

e) 60% de remissão dos juros e multa de mora, para pagamento dos débitos em 48(quarenta e oito) parcelas;

f) 50% de remissão dos juros e multa de mora, para pagamento dos débitos em 60(sessenta) parcelas;

§3º - para dívidas a partir do montante de R$500.000,00(quinhentos mil reais, incluído juros, multa e correção):

a) 100% de remissão dos juros e multa de mora, para pagamento do débitos em parcela única;

b) 90% de remissão dos juros e multa de mora, para pagamento dos débitos em 24(vinte e quatro) parcelas;

c) 80% de remissão dos juros e multa de mora, para pagamento dos débitos em 48(quarenta e oito) parcelas;

d) 70% de remissão dos juros e multa de mora, para pagamento dos débitos em 72(setenta e duas) parcelas;

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADM. DPA
FLS. 05
ATL
PMBM

e) 60% de remissão dos juros e multa de mora, para pagamento dos débitos em 96(noventa e seis) parcelas;

f) 50% de remissão dos juros e multa de mora, para pagamento dos débitos em 120(cento e vinte) parcelas;

§4º - O valor de entrada, para efetivação do pedido, corresponderá a no mínimo 5% (cinco por cento) do valor do débito, já excluído a redução prevista no parágrafo anterior, devendo o pagamento ser efetuado até o último dia útil do mês em que foi requerido o REFIS, tendo as outras parcelas o vencimento no dia 15 de cada mês.

a) Os parcelamentos que forem requeridos no mês de dezembro terão o pagamento da entrada até o dia 15 de dezembro.

Art. 4º - Os contribuintes que tiverem débitos já parcelados ou reparcelados poderão usufruir dos benefícios desta lei, em relação ao saldo remanescente, nos termos acima descritos.

Art. 5º - Nos débitos ajuizados, sobre os valores apurados após a redução dos juros e multas pelo REFIS, incidirá o percentual de 10% (dez por cento) a título de honorários advocatícios que serão objeto de parcelamento, ficando isentos dos honorários advocatícios acima referidos, os contribuintes que gozarem de gratuidade de justiça, concedida pelo Juízo da execução, devendo ser comprovados no ato do pedido. As custas judiciais deverão ser recolhidas a parte de acordo com as normas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 6º - Cada parcela não poderá ser inferior a 20(vinte) UFMs para contribuintes pessoas físicas e 100(cem) UFMs para contribuintes pessoas jurídicas, sofrendo atualização monetária anual em 1º de janeiro de cada exercício, de acordo com a UFM (Unidade Fiscal do Município).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADM. - DPA
FLS. 06
PMBM

Art. 7º - Para adesão ao REFIS o contribuinte não poderá estar em débito com dívidas do ano corrente.

Parágrafo único - Em 2023, o devedor que não permanecer em dia com os débitos do ano corrente terá seu REFIS automaticamente cancelado.

Art. 8º - Tratando-se de crédito tributário objeto de impugnação, inclusive já em grau de recurso, o sujeito passivo deverá reconhecer, expressamente, a procedência do lançamento que tenha dado origem ao procedimento e formalizar a desistência no ato do pagamento ou parcelamento.

Parágrafo único - Quando o crédito tributário, ou não, for objeto de ação judicial contra o Município, a concessão dos benefícios previstos nesta Lei fica condicionada a desistência da ação e ao pagamento das custas respectivas, arcando o devedor com os honorários do seu advogado.

Art. 9º - A opção pelo REFIS dar-se-á mediante requerimento do contribuinte, em formulário próprio pela Secretaria Municipal de Finanças, efetivando-se com o pagamento da entrada.

Art. 10 - O devedor que não efetuar o pagamento de mais de três das parcelas pactuadas, consecutivas ou alternadas, no respectivo vencimento, terá o REFIS cancelado, restabelecendo-se os valores e as condições anteriores do crédito, considerando-se os pagamentos efetuados até a data do cancelamento.

§1º - O contribuinte que tiver seu REFIS cancelado, após devidamente efetivado, não poderá aderir novamente para o mesmo débito.

§2º - O parcelamento uma vez cancelado, ensejará a inscrição do saldo remanescente em Dívida Ativa, se o crédito não estiver ali inscrito, seu Protesto e execução, ou prosseguimento da execução, na hipótese de se encontrar ajuizado.

Art. 11 - Os benefícios desta Lei não se aplicam à extinção parcial ou integral do crédito, mediante dação em pagamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADM - DPA
FLS. 07
PMBM

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com vigência determinada até 8 de dezembro de 2023, quando será encerrado este programa de recuperação fiscal, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA, 17 ***DE*** abril ***DE 2023.***

RODRIGO DRABLE COSTA
PREFEITO

Publicado no Jornal
a voz da cidade
edição: 16793
18/04/2023

Barra Mansa

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA MANSA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE:

LEI Nº 5054, DE 17 DE ABRIL DE 2023.

Ementa: Institui o programa de Recuperação fiscal no Município de Barra Mansa – REFIS, e dá outras providências

Art. 1º- Fica instituído no Município de Barra Mansa, o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização de créditos no Município, decorrentes de débitos de contribuintes, relativos a impostos, taxas, contribuições de melhorias, preços públicos e tarifas, inclusive os lançados pelo SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Barra Mansa, em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2022, constituídos ou não, e inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.

§1º O REFIS será administrado pela Secretaria Municipal de Finanças.

§2º Os benefícios desta Lei serão concedidos mediante instrumento próprio, conforme modelo aprovado por ato do Poder Executivo, regularmente instruído.

§3º O disposto nesta Lei não implicará restituição de quantias pagas de dívidas já integralmente quitadas, em curso ou eventualmente a serem reparceladas.

Art.2º - O Programa do REFIS obriga a preservação dos débitos originais e da correção monetária.

Art. 3º- O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do contribuinte, que fará jus a regime especial de consolidação dos débitos incluídos no Programa, com confissão irrevogável e irretratável dos mesmos, sejam os decorrentes de obrigação própria, ainda sejam os resultantes de responsabilidade tributária, tendo por base a data da opção.

§1º A adesão ao REFIS poderá ser formalizada a partir da data da publicação da presente Lei até 8 de dezembro de 2023, e os pagamentos poderão ser efetuados nas condições abaixo:

§2º para dívidas até o montante de R$499.999,99(quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos, incluído juros, multa e correção):
a) 100% de remissão dos juros e multa de mora, para pagamento do débitos em parcela única;

b) 90% de remissão dos juros e multa de mora, para pagamento do débitos em 12(doze) parcelas;

c) 80% de remissão dos juros e multa de mora, para pagamento do débitos em 24(vinte e quatro) parcelas;

d) 70% de remissão dos juros e multa de mora, para pagamento do débitos em 36(trinta e seis) parcelas;

e) 60% de remissão dos juros e multa de mora, para pagamento do débitos em 48(quarenta e oito) parcelas;

f) 50% de remissão dos juros e multa de mora, para pagamento do débitos em 60(sessenta) parcelas;

§3º para dívidas a partir do montante de R$ 500.000,00(quinhentos mil reais, incluído juros, multa e correção):
a) 100% de remissão dos juros e multa de mora, para pagamento do débitos em parcela única;

b) 90% de remissão dos juros e multa de mora, para pagamento do débitos em 24(vinte e quatro) parcelas;

c) 80% de remissão dos juros e multa de mora, para pagamento do débitos em 48(quarenta e oito) parcelas;

d) 70% de remissão dos juros e multa de mora, para pagamento do débitos em 72(setenta e duas) parcelas;

e) 60% de remissão dos juros e multa de mora, para pagamento do débitos em 96(noventa e seis) parcelas;

f) 50% de remissão dos juros e multa de mora, para pagamento do débitos em 120(cento e vinte) parcelas;

§4º O valor de entrada, para efetivação do pedido, corresponderá a no mínimo 5% (cinco por cento) do valor do débito, já excluído a redução prevista no parágrafo anterior, devendo o pagamento ser efetuado até o último dia útil do mês em que foi requerido o REFIS, tendo as outras parcelas o vencimento no dia 15 de cada mês.

a) Os parcelamentos que forem requeridos no mês de dezembro terão o pagamento da entrada até o dia 15 de dezembro.

Art. 4º Os contribuintes que tiverem débitos já parcelados ou reparcelados poderão usufruir dos benefícios desta lei, em relação ao saldo remanescente, nos termos acima descritos.

Art. 5º Nos débitos ajuizados, sobre os valores apurados após a redução dos juros e multas pelo REFIS, incidirá o percentual de 10% (dez por cento) a título de honorários advocatícios que serão objeto de parcelamento, ficando isentos dos honorários advocatícios acima referidos, os contribuintes que gozarem de gratuidade de justiça, concedida pelo Juízo da execução, devendo ser comprovados no ato do pedido. As custas judiciais deverão ser recolhidas a parte de acordo com as normas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 6º Cada parcela não poderá ser inferior a 20(vinte) UFMs para contribuintes pessoas físicas e 100(cem) UFMs para contribuintes pessoas jurídicas, sofrendo atualização monetária anual em 1º de janeiro de cada exercício, de acordo com a UFM (Unidade Fiscal do Município).

Art. 7º Para adesão ao REFIS o contribuinte não poderá estar em débito com dívidas do ano corrente.

Parágrafo único: Em 2023, o devedor que não permanecer em dia com os débitos do ano corrente terá seu REFIS automaticamente cancelado.

Art. 8º Tratando-se de crédito tributário objeto de impugnação, inclusive já em grau de recurso, o sujeito passivo deverá reconhecer, expressamente, a procedência do lançamento que tenha dado origem ao procedimento e formalizar a desistência no ato do pagamento ou parcelamento.

Parágrafo único: Quando o crédito tributário, ou não, for objeto de ação judicial contra o Município, a concessão dos benefícios previstos nesta Lei fica condicionada a desistência da ação e ao pagamento das custas respectivas, arcando o devedor com os honorários do seu advogado.

Art. 9º A opção do pelo REFIS dar-se-á mediante requerimento do contribuinte, em formulário próprio pela Secretaria Municipal de Finanças, efetivando-se com o pagamento da entrada.

Art. 10º O devedor que não efetuar o pagamento de mais de três das parcelas pactuadas, consecutivas ou alternadas, no respectivo vencimento, terá o REFIS cancelado, restabelecendo-se os valores e as condições anteriores do crédito, considerando-se os pagamentos efetuados até a data do cancelamento.

§1º O contribuinte que tiver seu REFIS cancelado, após devidamente efetivado, não poderá aderir novamente para o mesmo débito.

§2º O parcelamento uma vez cancelado, ensejará a inscrição saldo remanescente em Dívida Ativa, se o crédito não estiver alí inscrito, seu Protesto e execução, ou prosseguimento da execução, na hipótese de se encontrar ajuizado.

Art. 11 Os benefícios desta Lei não se aplicam à extinção parcial ou integral do crédito, mediante dação em pagamento.

Art. 12 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com vigência determinada até 8 de dezembro de 2023, quando será encerrado este programa de recuperação fiscal, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA, 17 DE ABRIL DE 2023.

RODRIGO DRABLE COSTA
PREFEITO

COHAB — COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE VOLTA REDONDA — CNPJ nº 32.495.715/0001-59

Relatório da Diretoria. Senhores Acionistas, Ao submeter a V. Sªs., o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados do exercício encerrado em 31/12/2022, destacamos as seguintes realizações: 1.Regularização na Prefeitura Municipal de Resende e Cartório de Registro de Imóveis de Resende do CENTRO COMERCIAL DOURADO de nº 903, composto de 32 lojas comerciais, construídas no lote 1 da quadra 62, localizadas no Conjunto Habitacional Cidade da Alegria – Resende-RJ; 2.Em procedimento no Cartório de Registro Imobiliário da Cartório de Regularização Fundiária – CRF – referente ao "PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA (REURB-S) do Núcleo Urbano Informal Consolidado Entrada do Norte II"; 3.Realização e permanência das ações judiciais de notificações e execuções contratuais, no momento, em nº de 49 processos em curso, destinado à recuperação dos créditos dos financiamentos habitacionais de imóveis comercializados; 4.Realização e permanência na atuação jurídica na defesa da Empresa, nas ações Cíveis e Trabalhistas em curso perante aos Tribunais de Justiça; 5.Emissão de 314 Recibos de Quitação de financiamentos e 322 Declarações de quitação de Escritura de imóveis comercializados; 6.Aquisição de 10 computadores DESKTOP completo, visando melhorias no desenvolvimento das tarefas diárias da Cia., considerando que os equipamentos anteriores encontravam-se obsoletos; 7.Solicitação de cancelamento do gravame hipotecário de 241 imóveis; 8.Foram renegociados 33 contratos por meio de acordo de parcelamento da dívida e contratos por recomercializações, representando o montante de R$ 1.535.546,21; 9.Permanência das ações destinada a melhorar os indicadores de adimplência e recomposição do fluxo de caixa da empresa, como as propostas de renegociação da dívida com os mutuários, aplicando a redução na cobrança de juros de mora, negociação de contratos com pessoas que apresentaram contratos de gaveta e negativação dos mauros inadimplentes no cadastro restrito do Serviço de Proteção ao Crédito – SPC. **Almir de Souza Rodrigues – Diretor Presidente; Márcia Vânia de Almeida Rezende – Diretora Comercial; João Bosco da Trindade – Diretor Jurídico.**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em R$)

ATIVO	Exercício Base	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	36.425.608,66	36.404.124,25
Disponibilidades	3.231,44	3.312,61
Títulos Valores Mobiliários e Depósitos	1.619.150,84	1.298.025,59
Adiantamentos	189.054,90	186.807,83
Prestações a receber	1.521.665,83	1.521.423,68
Despesas Antecipadas	30.158,30	26.066,50
Impostos a recuperar	784.108,54	784.108,54
Indenizações a receber de seguradora	273.275,34	276.588,03
Estoques	8.532,62	3.183,58
Prestações a receber-Recursos Próprios	5.059.982,90	4.369.972,29
Encargos Financeiros a apropriar	124.869,76	124.869,76
Outros valores realizáveis a curto prazo	29.711.568,59	27.706.759,54
ATIVO NÃO CIRCULANTE	282.506.166,64	281.846.806,09
Realizável a Longo Prazo	282.309.295,59	281.646.185,58
Devedores por vendas compromissadas	6.920.616,33	6.716.236,30
Devedores por créditos repassados	1.824.466,30	1.794.474,71
Bens imóveis disponíveis p/ comercialização	917.311,85	956.069,83
FCVS a receber	120.238.461,14	120.183.972,23
Devedores p/vendas compr.-Rec. Próprios	2.347.181,78	2.405.819,69
Terrenos-Recursos Próprios	141.078,45	141.078,45
Devedores por convênios celebrados	1.466.019,18	1.441.918,37
Prestações a Receber	122.179.609,96	120.914.815,10
Indenizações a Receber da Seguradora	11.931.342,28	11.931.342,25
Encargos Financeiros a apropriar	12.797.615,61	13.707.704,65
Depósitos Judiciais	1.545.939,41	1.416.153,97
Investimentos	84.029,54	84.029,54
Ativo Imobilizado Líquido	112.841,21	116.591,87
Ativo Imobilizado	865.291,79	866.722,54
Depreciações acumuladas	(752.450,58)	(750.130,67)
Ativo Intangível	450,00	450,00
Amortizações	(450,00)	(450,00)
TOTAL DO ATIVO	318.931.832,30	318.250.930,24

PASSIVO	Exercício Base	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE	25.159.747,84	25.851.742,85
Fornecedores e Prestadores de Serviços	29.874,09	26.475,95
Impostos, Contrib. e Consignações a Recolher	20.327.936,75	21.574.743,96
Obrigações relativas a empregados	43.806,07	58.137,73
Prestações de empréstimos a pagar	707.502,25	106.892,63
Recebimentos p/ amortização de dívidas	11.857,37	23.696,29
Recebimentos p/ conta de sinistros, liquidações antecipadas e amortizações extraordinárias	405.498,97	403.271,65
Prêmios de Seguros a pagar	933.926,35	943.692,93
Valores a transferir ao mutuário	34.123,42	34.123,42
Créditos a repassar	320.586,73	320.458,26
Valores Credores Transitórios	598.570,85	584.306,14
Depósito para benefício fiscal	0,84	0,84
Provisão para Contingência Judicial	1.604.236,53	1.864.236,53
Outros valores exigíveis a curto prazo	143.707,82	143.707,82
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	332.249.183,04	328.744.436,20
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos da CEF-Fase de Retorno	231.141.123,77	229.072.401,35
Contribuições a Recolher	78.548.350,82	78.547.306,82
Prêmios de Seguros a Pagar	18.499.739,55	18.499.739,65
FCVS a Recolher	2.307.899,19	2.269.958,18
Outros valores exigíveis a longo prazo	1.754.069,41	355.000,00
PASSIVO A DESCOBERTO	(38.477.098,58)	(36.345.248,81)
Capital Social	943.938,33	943.938,33
Capital Subscrito	943.938,34	943.938,34
Capital Subscrito a realizar	(0,01)	(0,01)
Reserva de Capital	1,04	1,04
Correção Monetária do Capital Realizado	1,04	1,04
Reserva de Lucros	109,51	109,51
Prejuízos Acumulados	(40.401.878,70)	(38.270.029,01)
Diferença IPC/BTNF 90	980.731,32	980.731,32
TOTAL DO PASSIVO	318.931.832,30	318.250.930,24

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – DATA BASE: 31/12/2022 (Em R$)

DISCRIMINAÇÃO	Exercício Base	Exercício Anterior
RECEITAS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Receitas de Comercialização	43.536,52	167.959,74
Receitas na Gestão de Créditos	66.023,22	60.966,93
Receitas Extraordinárias	26.493.462,90	25.009.518,09
Receita bruta	26.603.022,64	25.238.443,35
Deduções da receita bruta		
Cofins e Pasep Incidentes nas Receitas de Atividades Operacionais	(23.094,50)	(25.889,14)
RECEITA LÍQUIDA	26.579.928,14	25.212.554,22
OUTRAS RECEITAS		
Variações Monetárias Ativas	851.290,76	224.488,70
Variações Monetárias Passivas	(2.767.249,39)	(235.772,77)
Receitas de correção monetária líquida	(1.915.958,63)	(11.284,07)
Receitas de atividades operacionais líquidas	24.663.939,54	25.201.270,15
DESPESAS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Despesas Financeiras	(9.789.426,12)	(8.642.630,46)
Receitas Financeiras	2.647.965,15	2.108.968,06
Receitas financeiras líquidas	(7.141.462,97)	(6.533.671,40)
Despesas Tributárias	(2.387,70)	(7.754,59)
Despesas na Gestão de Crédito	(62.613,21)	(367.108,48)
Despesas de Comercialização	(9.790,53)	0,00
Despesas de atividades líquidas	(7.216.254,51)	(6.908.614,47)
Lucro operacional bruto	17.447.685,03	18.292.655,68
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
Despesas de Pessoal	(14.410.416,27)	(14.643.856,25)
Encargos Sociais	(5.517.312,11)	(4.962.734,21)
Serviços de Terceiros	(333.867,40)	(328.564,10)
Despesas com Materiais	(15.882,52)	(9.941,21)
Encargos Diversos	(6.056,50)	(2.185,42)
Total de despesas administrativas	(20.284.534,80)	(19.937.281,19)
Outras receitas	705.000,00	0,00
Prejuízo operacional líquido	(2.131.849,77)	(1.644.625,51)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(2.131.849,77)	(1.644.625,51)

DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO PERÍODO: 01/01/2022 A 31/12/2022 (Em R$)

Elementos	Capital Social Líquido	Reserva de Capital Reserva de C. Monetária	Diferença Ipc/Btnf-90	Reserva de Lucros Reserva Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 01.01.2022	943.938,33	1,04	980.731,32	109,51	(38.270.029,01)	(36.345.248,81)
Prejuízo do período	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.131.849,77)	(2.131.849,77)
Saldo em 31.12.2022	943.938,33	1,04	980.731,32	109,51	(40.401.878,78)	(38.477.098,58)

Notas explicativas às DFs posição: 31/12/2022

1-**Apresentação das DFs:** As DFs apresentadas foram elaboradas em conformidade com a Lei 6.404/76, observadas as alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007 e legislação complementar. 2-**Principais Práticas Contábeis:** a) **Efeitos Inflacionários:** Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, estão refletidos somente os efeitos das variações monetárias sobre ativos e passivos indexados em função de disposições contratuais e conforme art. 184 da Lei nº 6.404/76. b) **Ativo Circulante:** A conta sintética "Outros Valores realizáveis a Curto Prazo", refere-se a créditos a serem recebidos de:

*Prefeitura Municipal de Volta Redonda	R$ 11.841.097,78
*Prefeitura Municipal de Três Rios	R$ 144.937,15
*Devedores Diversos	R$ 87.434,95
*Valores a receber dos mutuários	R$ 14.837.798,70
	R$ 29.711.568,59

c) **Ativo Não Circulante:** Os financiamentos classificados no Ativo não Circulante foram atualizados monetariamente com base nas disposições contratuais constantes nas cláusulas individuais de cada contrato e com base na variação da Unidade Padrão em Real Diária (UPRD). **FCVS a Receber** – está representado por créditos a realizar perante àquele fundo, tendo como origem os saldos apurados como de responsabilidade do fundo, em função das liquidações antecipadas e término dos prazos contratuais. Os contratos quitados estão em processo de habilitação, homologação e validação junto à Administradora do FCVS. **Prestações a Receber** – corresponde ao saldo a receber de mutuários adquirentes de unidades habitacionais através do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, vendidas a prazo. **Indenizações a Receber da Seguradora** – correspondem a sinistros liquidados pelo seguro do SFH, registrados em função da inadimplência dos prêmios de seguros, cujos valores estão objeto de encontro de contas. **Encargos Financeiros a Apropriar** – O valor de R$ 12.797.615,61 refere-se a Juros a apropriar, considerando parcelamento junto à Caixa Econômica Federal, conforme Contratos de Renegociação de Dívidas, cujos juros estão sendo apropriados por ocasião do pagamento das parcelas, sendo assim discriminados: o valor de R$ 2.247.656,10 referente ao Contrato nº 0461174-47, cujo parcelamento foi efetuado em 240 meses e o valor de R$ 10.549.959,51 referente ao Contrato nº 0502942-22, cujo parcelamento foi efetuado em 235 meses. **Depósitos Judiciais** – valores depositados judicialmente em conta bancária e referem-se a ações trabalhistas que ainda se encontram em discussão. **Investimentos** – referem-se a valores aplicados em:

Banco Meridional do Brasil	R$ 20.686,92
Empréstimo Compulsório	R$ 63.342,62
	R$ 84.029,54

Imobilizado – está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/12/1995. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas fiscais. Foi efetuada a baixa do Lote de Terra nº 07, Quadra "A", situado à R. Gustavo Lira, Loteamento Laranjal, em Volta Redonda, no valor do custo de aquisição de R$ 45.000,00, considerando realização de leilão para quitação de débito trabalhista, conforme processo nº 0510500-58.2003.5.01.0342. d) **Passivo Circulante: Impostos, Contribuições, e Consignações a Recolher**

DISCRIMINAÇÃO		2022		2021
IRRF	R$	57.746,54	R$	115.784,99
INSS	R$	18.954.475,91	R$	19.771.545,99
PIS/PASEP	R$	529,75	R$	236,04
FGTS	R$	197.710,91	R$	567.394,42
Contribuição Sindical	R$	5.406,43	R$	7.263,85
Salário Educação	R$	970.701,90	R$	970.701,90
COFINS	R$	2.440,06	R$	1.087,24
Consignações a Recolher	R$	138.931,19	R$	140.729,39
TOTAL	R$	20.327.936,75	R$	21.574.743,96

Provisão para Contingência Judicial – corresponde a provisão sobre contingência cível referente à ação judicial movida pelo Espólio Carlos Gomes, cujo montante foi informado pela Diretoria Jurídica. e) **Passivo Não Circulante, Empréstimos da CEF – Fase de Retorno** – O valor de R$ 231.141.123,77 – obrigações da Cia., que referem-se aos empréstimos que foram contraídos junto ao BNH, atual Caixa Econômica Federal, e são atualizados pela variação da Unidade Padrão em Real Diária (UPRD). Os empréstimos foram obtidos para construção de unidades habitacionais e os saldos devedores foram renegociados junto ao agente operador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, sendo: R$ 51.113.342,16 para pagamento em 235 meses – Contrato nº 0502942-22; R$ 18.125.011,09 para pagamento em 240 meses Contrato nº 0461174-47. Os valores de R$ 112.958.943,92 e de R$ 20.943.826,50, respectivamente, acrescidos de juros capitalizados, são referentes aos saldos devedores dos Contratos n.º 0502943-06 e 0138201-31, que serão quitados com a utilização dos créditos do FCVS. **Contribuições a Recolher** – o valor de R$ 78.548.350,82 refere-se a débitos até o exercício de 2013 conforme discriminados abaixo:

- R$ 70.800.842,11	Contribuições Previdenciárias Patronais
- R$ 670.670,54	PIS/PASEP
- R$ 4.925.063,44	Salário Educação
- R$ 2.350.174,73	Contribuição Social – COFINS

Prêmios de Seguros Habitacionais – R$ 18.499.739,55 – referente a prêmios de seguros apropriados mensalmente até o exercício de 2013. **Contribuições Trimestrais** – R$ 2.307.899,19 – débitos referentes às contribuições trimestrais devidas ao Fundo de Compensação de Variação Salarial – FCVS. **Outros Valores Exigíveis a Longo Prazo** – R$ 1.399.069,41 – refere-se a saldo de parcelamentos de dívidas de Contribuições Previdenciárias relativas aos meses de Outubro, Novembro, Dezembro e 13º salário do exercício de 2021, que foram parceladas junto à Receita Federal do Brasil em 60 meses. f) **Demonstração do Resultado do Exercício: Receitas de Atividades Operacionais:** As Receitas Extraordinárias no valor de R$ 26.493.462,90 referem-se a: R$ 26.223.716,41 – recursos transferidos financeiramente pela Prefeitura Municipal de Volta Redonda à título de repasse para custeios de despesas; R$ 269.746,49 – recursos transferidos financeiramente pelo Fundo Municipal de Educação para pagamento de Gratificação de Incentivo à Educação. **Despesas de Atividades Operacionais:** Despesas Financeiras – o valor de R$ 4.016.612,25 refere-se a juros capitalizados dos contratos nºs. 0138201-31 e 0502943-06 apropriados mensalmente e o valor de R$ 3.274.283,28 refere-se a juros contratuais apropriados por ocasião dos pagamentos das prestações de retorno à Caixa Econômica Federal, relativas aos contratos nºs. 0461174-47 e 0502942-22. g) **Capital Social:** O Capital Social no valor de R$ 943.938,33 (novecentos e quarenta e três mil, novecentos e trinta e oito reais e trinta e três centavos) é composto por 23.598.100 ações nominativas, com valor unitário de R$ 0,03 (três centavos).

ALMIR DE SOUZA RODRIGUES - Diretor Presidente
MARIA DE FATIMA QUEIROZ SOUSA - Contadora-CRC/RJ nº 044097/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL. O Conselho Fiscal da Companhia de Habitação de Volta Redonda – COHAB-VR, representada pelos seus membros efetivos que este subscrevem, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, examinou o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2022 e constatou que tais Demonstrações estão de acordo com as normas legais geralmente aceitas, pelo que deliberou pelo parecer favorável à aprovação das contas de 2022 da mencionada Companhia.
Volta Redonda, 14 de abril de 2023. **Paulo Cesar Coutinho da Silva - Conselheiro Fiscal; Robinson Soares Pereira - Conselheiro Fiscal; Marcio Arnor Valério - Conselheiro Fiscal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45/2023.
01 – CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Resende/Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos; 02 – CONTRATADA: GHN Construtora e Engenharia Ltda.; 03 – OBJETO: Contratação de empresa especializada para executar serviços de construção de quadra de grama sintética no Parque Tobogã, localizado na Av. Brasília, bairro Vila Julieta, Resende/RJ; 04 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PMR/SMOSP: Órgão: 02.000; Unidade: 02.081; Funcional: 15.812.0151; Projeto/Atividade: 2.858; Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações; Código Reduzido: 440; Fonte de Recursos: 1.500.0000 (Recursos não Vinculados de Impostos); 05 – EMBASAMENTO/MODALIDADE: Tomada de Preço nº: 06/2023; 06 – VALOR GLOBAL: R$ 277.459,35 (duzentos e setenta e sete mil, quatrocentos e cinqüenta e nove reais e trinta e cinco centavos); 07 – PRAZO: 03 (três) meses; 08 – NOTA DE EMPENHO Nº: 1.243/2023; 09 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 35.850/2022; 10 – DATA DE ASSINATURA DA CONTRATAÇÃO: Resende – RJ., 03 de Abril de 2023.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO DO CONVÊNIO Nº 185/2022.
01 – CONVENENTE: Prefeitura Municipal de Resende/Secretaria Municipal de Saúde; 02 – CONVENIADA: Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Resende; 03 – OBJETO: alteração de Cláusulas e dispositivos do Convênio e do Documento Descritivo anexo ao Convênio nº: 185/2022; 04 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PMR/SAÚDE/FMS: Órgão: 04.000; Unidade: 04.060; Funcional: 10.302.184; Projeto/Atividade: 6.672; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.50 – Serviço Médico – Hospitalar, Odontológico e Laboratoriais; Número da Despesa / Código Reduzido: 91; Fonte de Recursos: 1.600.0000 (Transferência Fundo a Fundo – Recurso do SUS); 05 – EMBASAMENTO/MODALIDADE: Em conformidade com o Art. nº: 65, "Caput", c/c Art. nº: 116, da Lei Federal nº: 8.666/93 e suas alterações; 06 – VALOR GLOBAL: R$ 806.650,00 (oitocentos e seis mil, seiscentos e cinquenta reais); 07 – NOTA DE EMPENHO Nº: 1.800/2023; 08 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 32.530/2021 e 26.615/2022; 09 – DATA DE ASSINATURA DO ADITAMENTO DO CONVÊNIO: Resende – RJ., 21 de Março de 2023.

Julio Cezar de Carvalho
Superintendente – Licitação – PMR

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE ADIAMENTO COM DATA - ERRATA
A Superintendência Municipal de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Resende, RJ, comunica aos interessados, que por motivo de errata e adequação no edital, fica adiada para dia 09/05/2023 as 13h30min, a licitação na modalidade de Tomada de Preços 12/2023 -objeto: Serviço de revitalização de escola - bairro Fazenda da Barra II, conforme edital. Processo Administrativo nº: 4.702/2023. Errata disponível no site: http://www.resende.rj.gov.br menu»licitações»licitações agendadas -Informações e-mail: editais.resende@gmail.com tel: (0XX24) 3354-4625.
Julio Cezar de Carvalho
Superintendente Municipal de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2023. O Município de Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro, CNPJ/MF 29.138.385/0001- 30, torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações, com o disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, na Lei Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº 1.470/2017 e Decreto nº 10.024/2019, que adiará a Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, cujo objetivo é A SELEÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COMPOSIÇÃO DO QUADRO GERAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA VETERINÁRIA PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE CASTRAÇÃO DE CÃES E GATOS E ATENDIMENTO PÓS-CIRÚRGICO AOS ANIMAIS ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.
FICA MARCADO O INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES PARA O DIA: 04/05/2023 às 10h00min. (Horário de Brasília-DF);
REALIZAÇÃO: Por meio do Site www.bilcompras.org.br; INTEGRA do EDITAL: por meio do site www.bll.org.br e no site da Prefeitura: http://paraibadosul.rj.gov.br/publicacoes/editais
Paraíba do Sul, 14 de abril de 2023 – Dayse Deborah Alexandra Neves – Prefeita Municipal.

Prefeitura Municipal de Valença
Comissão Especial de Pregão Eletrônico

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/PMV/2023
Processo Administrativo nº 31.922/2022
Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição futura de Uniformes Escolares, devidamente especificados e quantificados no Anexo I do presente Edital (Termo de Referência), visando atender os alunos das escolas e creches municipais - Secretaria Municipal de Educação. Tipo de licitação: Menor preço por Item.
Informações: e-mail: licitacoespmvrj@gmail.com Horário: 12:00 às 17:00 horas.
Data e hora da abertura da licitação: Dia 03 de maio de 2023, às 13:30 horas, local: www.comprasgovernamentais.gov.br; www.gov.br/compras
Retirada do Edital: O Edital encontra-se disponível no site da Prefeitura Municipal de Valença-RJ (www.valenca.rj.gov.br); www.comprasgovernamentais.gov.br; www.gov.br/compras
Beatriz Mendes L. G. Escrivani
Pregoeira

Câmara Municipal de Porto Real

PAUTA DA 16º SESSÃO ORDINÁRIA DO 3º PERÍODO LEGISLATIVO ORDINÁRIO

A Câmara Municipal de Porto Real, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 120 e § ss, torna público que a pauta da sessão encontra–se disponível no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Porto Real. Segue link:https://spl.cmportoreal.rj.gov.br/sessoes.aspx?arquivo_tipo=Pautas

Renan Márcio de Jesus Silva
Presidente

FRAZÃO — EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - PRESENCIAL E ONLINE — Santander

1º LEILÃO: 02 de maio de 2023, às 14h30min *. 2º LEILÃO: 04 de maio de 2023, às 14h30min *. (*horário de Brasília)
Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1141 - Sala 86 - Mooca - São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem que levará a PÚBLICO LEILÃO de modo PRESENCIAL E ON-LINE, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do instrumento particular com força de escritura pública de 07/04/2021, firmado com os Fiduciantes ADRIANO PEREIRA BALBINO, CPF/MF nº 122.674.400-[illegible] e sua companheira, PRISCILA DE PAULA SOUZA, CPF/MF nº 113.107.097-54, em PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R$ 264.413,36 [illegible] [illegible] "Casa residencial nº 135, com 68,00m² de área privativa [illegible] [illegible] melhor descrito na matrícula nº 41.310 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Resende/RJ". Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. Caso não haja licitante no primeiro leilão, fica desde já designado o SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R$ 193.788,48 [illegible] - nos termos do art. 27, §2º da Lei 9514/97. O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.frazaoleiloes.com.br [illegible] encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A ÍNTEGRA DESTE EDITAL NO SITE www.frazaoleiloes.com.br informações pelo tel. 11-3550-4066 [illegible]